

6

MITO E REALIDADE: O ENVOLVIMENTO CHINÊS NO SECTOR AGRÍCOLA DE MOÇAMBIQUE

Sigrid Ekman

Introdução

A publicação do livro de Lester Brown '*Who Will Feed China? Wake-Up Call for a Small Planet*', em 1997, gerou um debate aceso sobre o futuro da segurança alimentar chinesa e o seu impacto no mercado mundial de alimentos. A ascensão da China, que engloba um quinto da população mundial, detendo, porém, recursos naturais muito limitados, suscitou, na altura, preocupações quanto à capacidade de oferta global de alimentos para satisfazer a procura futura.

Nos últimos anos, este debate renasceu devido à escassez de alimentos que provocou uma subida dos preços sem precedentes em 2008 (Hanson 2008: 10; ADB 2008: 4), disparando novamente em 2010 e no início de 2011, gerando motins e instabilidade social por todo o mundo. Com o aumento da consciencialização dos perigos do aquecimento global, a terra tem vindo a ser utilizada cada vez mais para a produção agrícola não alimentar, como os biocombustíveis e a expansão de áreas urbanas, causando um aumento no preço da produção de alimentos à medida que a oferta diminui e aumentam os custos dos factores de produção. Numa tentativa de travar o aumento dos preços e a escassez nacional, os países produtores de alimentos como a Argentina, a Tailândia e a Etiópia (entre vários outros) impuseram restrições e proibições à exportação, exacerbando ainda mais a situação do mercado global e dos países importadores de alimentos, consequência da queda da oferta disponível no mercado internacional (BBC News 2008).

A aparente volatilidade do mercado global fez nascer um novo conceito: a ‘usurpação de terras’ (*land grabbing*). O argumento principal é o de que, para garantir a sua segurança alimentar, as nações limitadas na sua capacidade interna de produção de alimentos arrendarão explorações agrícolas no exterior que produzam para os seus mercados domésticos, integrando assim, verticalmente, a produção de alimentos, com o objectivo de assegurar o fornecimento estável de bens de primeira necessidade. Essencialmente, quando um país integra verticalmente o abastecimento de alimentos através da produção agrícola no exterior está a ‘acrescentar terra’, um recurso normalmente considerado pela teoria económica como um bem fixo, expandindo assim o seu potencial de produção, sem se expor a um mercado internacional volátil.

A China é conhecida pela sua falta de terra e abundância de pessoas e, desde 2004, que é um importador líquido de alimentos. Vários artigos nos meios de comunicação social têm relatado que a China começou a arrendar terras no estrangeiro, nomeadamente em Moçambique (Groenewald 2009; Macauhub 2009a; Macauhub 2008; Horta 2009; Horta 2008; Horta 2007; Smith & Talbot 2009; Grain 2008) – o que tem levantado algumas questões sobre a natureza neocolonialista destes arrendamentos de terras e investimentos agrícolas.

Mas quão prementes são as questões de segurança alimentar na China? E quais são a natureza e as causas subjacentes ao envolvimento chinês no sector agrícola moçambicano? Será a integração vertical da produção de alimentos em Moçambique uma solução realmente viável para colmatar as necessidades internas chinesas? E, mais importante ainda, até que ponto é que a China está realmente envolvida no sector agrícola moçambicano?

A pesquisa de terreno realizada para a elaboração deste capítulo revelou que os relatórios sobre os investimentos agrícolas chineses em Moçambique são bastante exagerados, e que as causas subjacentes ao interesse chinês no sector agrícola moçambicano não são uma preocupação directamente relacionada com a sua segurança alimentar interna. O envolvimento da China é, na realidade, muito mais complexo do que a mera procura de recursos naturais.

Este capítulo apresentará uma visão global dos projectos e investimentos chineses no sector agrícola moçambicano e analisará a situação alimentar interna da China e a viabilidade da integração vertical do fornecimento de alimentos. Compreendendo melhor a natureza dos projectos agrícolas chineses em Moçambique, poderemos dissecar os verdadeiros motivos do interesse da China na agricultura. Será ainda sugerido que o argumento apresentado para a integração vertical da produção de alimentos como medida de segurança é demasiado simplista e não tem em consideração outros incentivos para os investimentos agrícolas, tais como: a procura do lucro, a internacionalização das empresas

chinesas, e os conhecimentos agrícolas como instrumento de ajuda externa. Além disso, as perspectivas alimentares internas da China não são tão alarmantes quanto se poderia pensar.

A procura da auto-suficiência

Por que motivo o Governo chinês se sentiu impelido a garantir terras para a 'produção interna' de alimentos no exterior? Afinal, a teoria económica do comércio internacional atesta que o comércio no mercado internacional pode levar a ganhos de eficiência, permitindo aos países consumirem além da sua possibilidade de produção.

No entanto, a teoria económica do comércio internacional pressupõe que as relações comerciais são sempre possíveis e estão constantemente disponíveis, quando na realidade estas cadeias de abastecimento podem ser quebradas ou interrompidas, uma vez que a economia e o comércio não funcionam de forma independente das forças políticas, culturais e sociais (Vyas 2000: 4403). Um exemplo claro de interferência política e social é a imposição de proibições de exportação por parte dos países produtores de alimentos, como aconteceu em 2008, quando países como o Vietname e a Argentina restringiram o seu abastecimento ao mercado internacional (Freeman *et al.* 2008: 10).

Os mercados são impulsionados por duas forças: a oferta e a procura. A procura é definida como a vontade e a *capacidade* de pagar por um bem, e é a combinação destes dois elementos que estimula a oferta (Sen 1981: 433; Sen 1982: 456). Sabemos, contudo, que as pessoas podem necessitar fisicamente de alimentos, mesmo quando não são *capazes* de os pagar, até ao ponto de gerarem tumultos em massa, instabilidade social e até mesmo revoluções (Freeman *et al.* 2008: 3, Erlich *et al.* 1993: 26). É por esta razão que os países se podem encontrar numa situação em que a oferta e a procura, e, por inerência, os mercados, alcançam o equilíbrio no plano económico, enquanto a sociedade enfrenta a escassez no plano social (fome), causando uma elevada frustração e desespero que podem perturbar a harmonia social (Weng 2008).

A China não escapou à crise alimentar de 2008 e a inflação agrícola (*agflation*) continua a deixar os decisores políticos chineses preocupados. Apesar de a inflação na China apresentar valores de apenas 1,7%, a inflação agrícola registou valores percentuais de dois dígitos, não só em 2008 como actualmente, exercendo pressão sobre os 70 milhões de trabalhadores urbanos que vivem com salários reduzidos e que representam o grupo mais vulnerável da sociedade, uma vez que não podem recorrer à agricultura de subsistência quando os preços aumentam

exponencialmente (Davies 2008: 3; Wen *et al.* 2008: 9). De facto, quando os preços sobem, é a crescente população urbana que sente uma maior pressão sobre os seus orçamentos.

Por conseguinte, a China deveria arrendar terras no exterior, onde estabeleceria quintas, geridas ou apoiadas pelo Governo chinês, de produção de colheitas para exportação para o país de origem. Nesta perspectiva, a China não estaria a comprar as colheitas de um outro país, mas sim a comprar os direitos de utilização da terra e das colheitas aí produzidas, podendo assim plantar e colher de acordo com as suas necessidades internas, contornando desta forma o mercado internacional. Ao contrário do investimento directo estrangeiro, este tipo de investimento procuraria bens em vez de mercados (FAO 2009), sendo impulsionado pela procura de segurança ao nível dos recursos e não pela procura do lucro.

Em suma, a integração vertical através da utilização de terras no exterior é um substituto para a produção nacional que, no entender dos seus proponentes, traz benefícios em termos de segurança semelhantes aos da produção interna, na medida em que evita as incertezas do mercado global volátil (Görge *et al.* 2009: 13). Essencialmente, os direitos de utilização da terra tornar-se-iam 'chineses', caso fossem comprados, daí o paralelismo com o neocolonialismo.

Colonizador, concorrente ou camarada?

Chris Alden, um dos mais reputados especialistas no estudo das relações sino-africanas, escreve que o envolvimento chinês em África é normalmente visto por um de três prismas: a China enquanto concorrente económico, a China enquanto colonizador ou a China enquanto parceiro de desenvolvimento (Alden 2007: 5-6).

A primeira perspectiva sobre a presença chinesa em África encara a China como um concorrente nos mercados, e é frequentemente utilizada quando se discute relações comerciais, por exemplo ao nível do mercado têxtil não só em África como também em países terceiros, onde a China tem claras vantagens sobre os fabricantes africanos.

A segunda perspectiva, a da China enquanto colonizador, está frequentemente presente nos meios de comunicação social como resultado do interesse chinês nos recursos naturais e na terra. A extracção desses recursos é comparada com a das potências imperiais do século XIX, que simplesmente extraíam e exportavam as matérias-primas, sem qualquer valor acrescentado para os países africanos, travando, assim, o desenvolvimento das economias locais (Freeman *et al.* 2009: 3).

A terceira perspectiva, em que a China surge como um parceiro de desenvolvimento, apresenta uma abordagem positiva no cômputo geral, e tenta

explicar como as relações sino-africanas trazem benefícios não só para a China como também para o continente africano. Esta visão é compatível tanto com as ambições da política externa chinesa, em que o princípio orientador central é o do benefício mútuo, como com a posição proclamada por vários governos africanos.

Mas enquanto o Governo chinês pretende promover a China como um parceiro de desenvolvimento, como um irmão mais velho da comunidade de países em desenvolvimento, os meios de comunicação social têm-se mostrado cada vez mais hostis ao envolvimento chinês em África, referindo-se frequentemente às actividades chinesas em Moçambique como neocolonialistas. Contudo, se atentarmos à dinâmica dos investimentos agrícolas chineses, parece que a China encaixa melhor na descrição de camarada, ou, quiçá, de concorrente, do que na mais frequente imagem de colonizador.

O potencial agrícola de Moçambique

O rio Zambeze corre ao longo do vale do Zambeze, no centro de Moçambique, criando um ambiente geográfico considerado fortemente adequado para a produção agrícola. O fértil vale do Zambeze estende-se por 22.500.000 hectares abrangendo quatro províncias: a província de Tete, nove municípios da província da Zambézia, quatro distritos da província de Manica e quatro distritos da província de Sofala.¹ Segundo as estimativas oficiais, Moçambique dispõe, no total, de 30 a 36 milhões de hectares de terra arável, dos quais apenas cerca de 15% são actualmente cultivados (Roque 2009: 9; Arndt *et al.* 2008: 1).

Moçambique tem também uma posição estratégica enquanto nação portuária (Roque 2009: 13), facilitando o transporte entre o Oceano Índico e os países do interior como a Zâmbia, a Suazilândia, o Zimbabué e as zonas do noroeste da África do Sul. Os alimentos produzidos em Moçambique podem assim ser facilmente exportados, não só por via marítima como por via terrestre, para o mercado regional da África austral.

Apesar de ser frequentemente descrita como terra virgem, grande parte destas terras é tradicionalmente utilizada pelas populações locais. No entanto, a produtividade está muito abaixo do seu potencial devido à falta de infra-estruturas e factores de produção, como sejam, técnicas modernas de cultivo, sementes melhoradas e fertilizantes. Deste modo, a terra pode ser descrita como bastante subaproveitada mas não como inutilizada.

O Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze (GPZ)² era um órgão governamental criado para promover investimentos no Vale do Zambeze, sendo este considerado essencial para desencadear a revolução verde em

Moçambique, dado o seu vasto potencial.³ Não obstante esse formidável potencial de fertilidade das terras moçambicanas, Moçambique é uma nação com uma oferta interna de alimentos particularmente instável devido ao subinvestimento crónico do sector agrícola da região.

A Tabela 1 descreve a situação da segurança alimentar moçambicana actual, com base nos perfis criados pelo GTZ no seu relatório 'Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em terras nos países em desenvolvimento' (2009). O Índice Global da Fome (IGF) aponta para problemas no âmbito da segurança alimentar e da fome em vários países e é medido numa escala de 0 a 100, sendo 0 a segurança alimentar total. Os valores superiores a 30 são definidos como fome extremamente alarmante (Görgen *et al.* 2009: 28).

Tabela 1: Classificação da segurança alimentar em Moçambique

Classificação da segurança alimentar em Moçambique	
Índice Global da Fome (IGF)	23.7 (nível de fome alarmante)
Classificação IGF (em 84 países)	66
Percentagem de população subalimentada	37%
Vulnerabilidade a uma recessão global	Média
País em crise	Não

Fontes: FAO. (2010); Von Grebner *et al.* (2010)

Um dos argumentos utilizados para equiparar o arrendamento de terras a uma nova forma de colonização lembra que estes arrendamentos ocorrem em países com uma segurança alimentar interna frágil. Neste sentido, retirar alimentos a países com problemas de fome não é uma situação benéfica para ambas as partes e é, portanto, moralmente questionável.

Estes argumentos não têm, porém, em consideração que a razão pela qual Moçambique não usufrui de segurança alimentar é não dispor do capital e da tecnologia necessários para tirar o máximo partido dos seus abundantes recursos naturais (Görgen *et al.* 2009: 13). Fornecendo estes elementos, a China permitirá assim o crescimento da produtividade, contribuindo para saciar a fome em ambos os países. É perfeitamente plausível, aliás, que o interesse do Governo moçambicano no arrendamento de terras a investidores estrangeiros surja precisamente porque a segurança alimentar em Moçambique se encontra num estado desolador, havendo intenção de melhorar a produtividade agrícola e a estabilidade do abastecimento alimentar do país. Assim, o IDE na agricultura não é encarado como incompatível com a segurança alimentar do país anfitrião, mas sim como um benefício mútuo. Na verdade, tanto o Governo chinês como o moçambicano adoptaram esta perspectiva de benefícios mútuos no que concerne os investimentos entre as duas nações (Roque 2009: 10).

O comércio agrícola entre a China e Moçambique é hoje muito limitado. Analisando as exportações de Moçambique para a China actualmente, observamos que estas consistem primordialmente em madeiras e apenas uma quantidade reduzida de produtos alimentares. As isenções aduaneiras à entrada dos produtos moçambicanos em território chinês tiveram um impacto limitado nas exportações para a China, uma vez que Moçambique tem neste momento uma capacidade de oferta reduzida, apesar do seu grande potencial para aumentar essa capacidade (Jansson & Kiala 2009: 3). Segundo alguns estudos, a China não é um destino essencial para as exportações agrícolas de Moçambique e a produção agrícola moçambicana não se ajusta presentemente à procura chinesa de alimentos (Villoria *et al.* 2009: 4-5). O rápido crescimento do volume de comércio entre as duas nações deve-se, em grande parte, às importações de bens manufacturados chineses, como produtos electrónicos e de aço/ferro baratos, e muito pouco à produção de alimentos (Jansson & Kiala 2009: 5).

O envolvimento agrícola da China em Moçambique: mitos e realidade

As relações entre a China e Moçambique têm-se vindo a intensificar mas não são inéditas, especialmente no que diz respeito à agricultura. Durante as últimas décadas, a China forneceu formação e competências técnicas ao sector agrícola moçambicano através de três projectos. O primeiro projecto de cooperação técnica agrícola teve início em 1976 e terminou em 1998; o segundo projecto começou em 1983, com a duração de dois anos; e o terceiro decorreu entre 1986 e 1989 (ERPCM 2002). Nenhum destes projectos históricos envolveu o arrendamento de terras para utilização comercial ou estratégica.

Contudo, diversas notícias e relatórios dos últimos anos afirmam que a China está a investir 800 milhões de dólares americanos no desenvolvimento da agricultura em Moçambique, insinuando por norma que este investimento está a ser realizado através do arrendamento de terras, com a intenção de criar quintas de grande escala e deslocar milhares de colonos chineses de forma a estabilizar a segurança alimentar chinesa (Macauhub 2009b; Horta 2009: 11; IFPRI 2009; GRAIN 2008). A maioria dos relatórios não se baseia em trabalho de campo, não obstante a actual falta de transparência e de dados aconselhar tal investigação no terreno.

Na área agrícola (excluindo a florestal), há fundamentalmente três temas controversos que envolvem a China: (i) o arrendamento de terras e os investimentos agrícolas no vale do Zambeze, (ii) a construção da barragem de Mpanda Nkua, e (iii) os Centros de Tecnologia Agrícola.

1. Investimentos no vale do Zambeze

Os meios de comunicação social têm relatado que a China arrendou grandes extensões de terra em Moçambique com o objectivo de satisfazer as suas necessidades de segurança alimentar. Referem ainda que milhares de colonos chineses imigrarão para Moçambique para fins agrícolas. Alguns afirmam também que foi assinado um memorando de entendimento entre Moçambique e a China, em 2006 ou 2007, dependendo da fonte (Groenewald 2009; Macaclub 2009b; Macaclub 2008; Horta 2009; Horta 2008; Horta 2007; Smith & Talbot 2009; Grain 2008; Görden *et al.* 2009).

O trabalho de campo realizado em Moçambique não revelou, todavia, qualquer evidência que sustente estas afirmações. A Direcção Nacional de Terras moçambicana desconhecia qualquer arrendamento de terras por parte da China ou de empresas chinesas.

Em 2006, o Governo chinês comprometeu-se a oferecer ajuda monetária a Moçambique e o Governo moçambicano foi autorizado a determinar quais os projectos que seriam financiados.⁴ A maior parte do dinheiro foi alocada a projectos de infra-estruturas, como a construção do novo aeroporto, do estádio nacional e de outros edifícios de valor simbólico, em Maputo. Somente uma pequena fracção foi alocada a investimentos agrícolas no vale do Zambeze.

Após uma pressão significativa, o GPZ obteve 50 milhões de dólares americanos do empréstimo bonificado dado a Moçambique pelo banco chinês Exim, com o objectivo de financiar projectos de desenvolvimento agrícola no vale do Zambeze. Deste montante, 19 milhões são para a importação de equipamentos e máquinas agrícolas, e os restantes 31 milhões de dólares são para a criação de três unidades fabris, nomeadamente:

- (i) Uma fábrica de processamento de arroz em Namacurra, província da Zambézia: capacidade para produzir 150 toneladas por dia;
- (ii) Uma fábrica de processamento de milho em Ulongué, província de Tete: capacidade para produzir 25.000 toneladas de cereais por ano;
- (iii) Uma fábrica de processamento de algodão em Guru, província de Manica (All Africa 2009).

A pressão exercida pelo GPZ para a obtenção destes fundos para o desenvolvimento do sector agrícola no vale do Zambeze indicia que este investimento não está a ser liderado pelo Governo chinês como parte de uma estratégia de segurança alimentar. Estas fábricas serão privatizadas assim que forem concluídas, mas, neste momento, qualquer rumor em torno da possível compra por parte da China não passa de especulação.

Embora represente um aumento na capacidade de produção moçambicana, esta manterá valores bem abaixo do necessário para satisfazer a procura interna (African Agriculture News 2009).⁵ É, portanto, pouco razoável argumentar que esta produção serviria para salvaguardar a segurança alimentar chinesa. Além disso, o objectivo destas fábricas é o processamento de grãos de cereais já cultivados. Estes investimentos não vão expandir o cultivo de cereais, mas sim aumentar a capacidade de processamento em Moçambique, de forma a obter um valor acrescentado sobre o cereal produzido.⁶

O único registo de tentativa de arrendamento de terras por parte dos chineses remonta a uma solicitação em 1997-1998, que foi, contudo, recusada pelo Governo moçambicano (Ibid.). Este negócio incluía a migração de alguns agricultores chineses para Moçambique, com o intuito de trabalhar na terra em conjunto com as comunidades locais, tendo-se argumentado na altura acerca das repercussões positivas em matéria de disseminação de tecnologia e técnicas agrícolas mais produtivas.⁷ O número de agricultores desta proposta estava, porém, bem longe dos milhares apresentados pelos meios de comunicação social, e não gerou nenhuma comoção entre a população local, pois nunca chegou a obter aprovação no Parlamento.

É possível que o elevado número de colonos chineses apresentados nos meios de comunicação social seja uma confusão entre os projectos de investimento agrícola já referidos e outro negócio distinto que foi discutido com a Hong Kong. As negociações com Hong Kong diziam respeito à criação de uma zona económica livre na província de Nacala que envolveria a migração de cidadãos de Hong Kong para Moçambique. O parlamento opôs-se a este acordo por razões nacionalistas, dado que a moeda utilizada seria o dólar americano em vez da moeda nacional, o metical. Também a migração de vários cidadãos de Hong Kong foi vista como antinacionalista. A China acabou por decidir investir 700 milhões de dólares americanos no estabelecimento de uma zona económica livre nas Maurícias.⁸

Também o pedido de arrendamento de terras pela República Popular da China, no final da década de 90, foi recusado devido a sentimentos nacionalistas por parte do Governo moçambicano. Como já discutimos, a terra é uma questão de segurança para qualquer governo, não devendo por isso surpreender que os contratos de arrendamento de terras em larga escala sejam sempre difíceis de negociar e de estabelecer com êxito. É provável que destas negociações tenham nascido os rumores relativos à 'usurpação de terras' por parte da China, mas estas discussões estão há muito terminadas ou, pelo menos, adormecidas.

Vale a pena assinalar que, apesar do especial interesse dos meios de comunicação social no 'neocolonialismo chinês' em Moçambique, existem outros investidores estrangeiros interessados no arrendamento de terras, como a África

do Sul, o Reino Unido, a Suécia, o Vietname e a Finlândia.⁹ No entanto, estes países não têm recebido tanta atenção mediática. Podemos, portanto, concluir que a China é publicamente representada como uma ameaça, o que poderá criar sérias dificuldades a futuros negócios.¹⁰ Suspeição e nacionalismo já interromperam as discussões sobre o arrendamento de terras a chineses. Os relatos dos meios de comunicação social sobre a ‘usurpação de terras’ por parte da China não aliviarão propriamente o receio das nações anfitriãs, e poderão inclusivamente criar obstáculos a uma maior cooperação agrícola entre a China e Moçambique.

2. A barragem Mphanda Nkua

Em 2006, o Governo moçambicano solicitou ao Banco Exim da China um empréstimo de 2,3 mil milhões de dólares americanos para a construção da controversa barragem de Mphanda Nkua no rio Zambeze (AIM 2006; Afrodad 2008; Roque 2009: 5). Foi sugerido que este financiamento estaria ligado a uma tentativa de ganhar acesso a direitos de arrendamento de terras na região (Horta 2008). O Governo moçambicano solicitou igualmente apoio financeiro para a construção de mais duas barragens, em Cabo Delgado (Chipembe e Nguri), tendo por objectivo a melhoria da produção agrícola da região, mas este pedido ainda não foi aprovado (GdM 2011). A nova barragem irá aumentar consideravelmente a capacidade moçambicana de produção de electricidade, e poderá complementar outros planos futuros de infra-estruturas no vale. O contrato de concessão para construir e operar a barragem foi, todavia, adjudicado à Companhia Hidroeléctrica Mphanda Nkuwa (HMNK), um consórcio formado pela empresa brasileira Camargo Corrêa, a empresa moçambicana Insitac e a empresa de electricidade pública de Moçambique, EDM (All Africa 2010).

Esta adjudicação veio complicar a oferta de financiamento chinês. Sendo chinês, o Banco Exim, uma agência de crédito à exportação, pelo menos parte do financiamento tem que envolver a utilização de bens e serviços chineses. De facto, as entrevistas realizadas em Maputo revelaram que o Banco Exim já não é o financiador da construção da barragem.¹¹

3. Centros de tecnologia agrícola

Durante a sua visita a China, em 2004, o então presidente moçambicano Joaquim Chissano assinou com o seu homólogo chinês, Hu Jintao um acordo de cooperação técnica no âmbito da agricultura, incluindo igualmente outras áreas (AIM 2004). Na cimeira do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) realizada em Pequim em 2006, a China anunciou que pretendia estabelecer dez centros de

tecnologia agrícola em toda a África (que mais tarde cresceu para catorze centros e actualmente para vinte) de promoção de transferência de tecnologia e pesquisa científica, com o objectivo de aumentar a produtividade agrícola no continente (Jansson & Kiala 2009: 7). Moçambique foi anfitrião de um dos primeiros centros, que deverá ficar localizado em Umbelúzi, no distrito de Boane, com 55 hectares de terra para investigação e formação (Jansson *et al.* 2009: 72; Makoni 2009).¹² O centro é gerido pela empresa Hubei LianFeng Mozambique Co., Lda., da província de Hubei e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia moçambicano (Braütigam 2009; Janson *et al.* 2009: 73).

Espera-se que a pesquisa do centro sobre sementes e a formação de agricultores locais em técnicas modernas de cultivo melhore significativamente a produtividade e transforme o sector agrícola moçambicano (Janson *et al.* 2009: 73-74). Algumas estimativas indicam que a produção de arroz aumentará de 100 000 para 500 000 toneladas, como resultado da utilização de sementes melhoradas e novas técnicas de plantação (Macauhub 2009b; Macauhub 2008; Makoni 2009).

Horta afirma que:

O aumento da produção de arroz em Moçambique está claramente destinado à exportação para o mercado chinês, uma vez que o arroz é responsável por apenas uma pequena fracção da dieta moçambicana... (Macauhub 2008)

No entanto, de acordo com Braütigam (2009), Moçambique apresenta um défice na oferta e procura de arroz, pelo que o aumento desta produção poderia, na realidade, ser usado para satisfazer essa carência no mercado moçambicano. Isto significa que o aumento da produção de arroz não estaria necessariamente destinado à exportação. Em 2008, Moçambique importou 380.000 toneladas de arroz do mercado global – um montante, aliás, superior ao das importações da própria China, de 330.000 toneladas. Curiosamente, de acordo com Alvarenga (2008: 66), durante a crise alimentar de 2008, Moçambique recorreu primeiramente à China para suprir a falta de arroz, o que contraria o argumento de que a produção de arroz em Moçambique por parte das empresas chinesas estará ‘claramente’ destinada à exportação para a China (Horta 2008).

Os relatos dos meios de comunicação social passam a ideia de que o Governo chinês selecciona o país onde gostaria de estabelecer o centro de demonstração agrícola, mas não é inteiramente verdade. São os países africanos que primeiro apresentam pedidos para acolherem um centro de demonstração agrícola; as autoridades chinesas enviam de seguida uma equipa para estudar a viabilidade e tomar a decisão sobre o estabelecimento do centro de demonstração. Os centros

são assim estabelecidos com base nas exigências africanas, e não nos desejos chineses.¹³ É, por isso, razoável assumir que Moçambique utilizará parte desse aumento na produção de arroz para satisfazer o seu consumo interno. Além disso, na ausência de acordos palpáveis sobre as quantidades de arroz destinadas à exportação para o mercado chinês, estas afirmações não passam de especulação.

Ainda assim, o aumento na produtividade agrícola poderá genericamente beneficiar a China. Uma revolução verde em Moçambique terá um impacto positivo, ainda que indirecto, na segurança alimentar chinesa.¹⁴ África detém o maior potencial de expansão de produtividade, já praticamente esgotada noutros locais do mundo. E, no entanto, África é actualmente um importador líquido de alimentos no mercado global. O início de uma revolução verde no continente contribuiria certamente para abastecer o mercado global, disponibilizando uma maior oferta para outros países,¹⁵ o que poderia ajudar a estabilizar os mercados globais e a mitigar futuras crises alimentares.

Está, neste momento, planeada a construção de um segundo centro de pesquisa (geral e não especificamente agrícola) para o Parque Tecnológico de Manhica. O Governo moçambicano solicitou fundos para a sua construção; contudo, a candidatura ainda não foi aprovada pelo Governo chinês (GdM 2011). Os meios de comunicação social afirmam que o montante total destes dois centros ronda os 700 milhões de dólares (Macauhub 2009c).¹⁶ No entanto, apenas 55 milhões de iuanes chineses estão a ser investidos no centro de Umbelúzi.¹⁷ Este número é, por vezes, apresentado em dólares, mas vale a pena salientar que a moeda correcta é o iuane chinês, como indicado no contrato assinado entre as autoridades moçambicanas e chinesas (China Monitor 2009: 71; Makoni 2009).¹⁸ Braütigam acredita que o número de 700 milhões de dólares deu origem ao número fictício de 800 milhões de dólares, que surge com frequência nos meios de comunicação social.¹⁹

No Xai-Xai, na província de Gaza, foi criado um projecto de produção de arroz híbrido numa área de 300 hectares. (China Monitor, 2009: 73). O projecto é o resultado de um acordo bilateral entre as províncias de Gaza e Hubei assinado em 2006. Embora seja relativamente recente (a primeira plantação começou em 2007), promete ser o maior projecto agrícola financiado pela China em Moçambique, visando aumentar a produtividade para 10 toneladas de arroz por hectare, com um orçamento de 1,2 milhões de dólares, com a possibilidade de se alargar os actuais 300 hectares para 10.000 (Chichava 2010). A quinta de arroz chinesa fornece também sementes à comunidade local (Jansson *et al.* 2009: 74).

Tabela 2: Resultados do projecto entre 2007-2010

Ano	Área cultivada	Toneladas / ha	Produção
2007-2008	20	9	180
2008-2009	30	9	270
2009-2010	40	9,5	380

Fonte: Chichava (2010)

Este projecto foi pouco divulgado e continua relativamente incógnito, o que é paradoxal, tendo em conta que é o exemplo mais claro da produção chinesa de cereais em Moçambique.²⁰

4. Zamcorp, SARL

A 15 de Abril de 2006, o Governo moçambicano e o GPZ, através da empresa pública SOGIR, e em conjunto com a Geocapital e a Mozcapital, estabeleceram uma empresa chamada Zambeze Corporation (Zamcorp, SARL), no valor de 500 000 dólares americanos. A Geocapital, a empresa de Stanley Ho com sede em Macau, tem uma quota de 35% da Zamcorp. O principal objectivo da Zamcorp é a promoção da região do vale do Zambeze e a identificação de oportunidades de investimento, sendo a agricultura uma das áreas prioritárias, utilizando Macau como uma plataforma para captar investidores chineses (GPZ 2006: 2-3). A quota chinesa da Zamcorp pertence a um investidor privado, pelo que a Zamcorp não pode ser considerada um instrumento ao serviço do Governo de Pequim e parte de uma grande estratégia.

Ao contrário dos relatos nos meios de comunicação social que insistem na ideia da expansão neocolonialista chinesa em África, o que observamos é uma grande procura de tecnologia e capital chineses por parte do Governo moçambicano, evidenciando que a China é mais importante para Moçambique do que vice-versa.

Sinopse

A Tabela 3 fornece um breve resumo dos projectos agrícolas chineses, terminados e em curso, e o seu envolvimento em Moçambique.

Tabela 3: Projectos agrícolas chineses em Moçambique

1976-1998	Acordo de cooperação técnica agrícola (I)		
1983-1985	Acordo de cooperação técnica agrícola (II)		
1986-1989	Acordo de cooperação técnica agrícola (III)		
2002	MdE, Acordo Agrícola Técnico-científico		
2004	Acordo de Cooperação Técnica (não apenas relativo à agricultura)		
2006-	Centro Tecnológico do Arroz Chinês	Acordo provincial entre Hubei e Giza (Xai-Xai). Gerido pela Quinta Lianfeng	300 ha com possibilidade de extensão para 10.000 ha 1,2 milhões de dólares
2006-	Empréstimo bonificado de 50 milhões de dólares para a criação de 3 fábricas de processamento e a importação de máquinas e tecnologia agrícola	Importação de máquinas agrícolas	19 milhões de dólares
		Arroz (Gogodane, Zambézia)	150 toneladas dia
		Milho (Ulongué, Tete)	25.000 Toneladas/ano
2006-	Centro de Tecnologia Agrícola (Umbelúzi, Boane)	Gerido pela Quinta Lianfeng (província de Hubei) e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia moçambicano	52 ha 55 milhões de iuanes chineses (aproximadamente 8,4 milhões de dólares)
2006	Zamcorp	Propriedade da Sogir (empresa pública, Moçambique), Mozcapital, e Geocapital (Macau, investidor privado)	500.000 dólares

Fontes: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural; correspondência por correio electrónico com Deborah Braütigam (2009); entrevistas com as autoridades moçambicanas, (2010); *AllAfrica* (2011); Chichava (2010); ERPCM (2002)

Esclarecimento de factos e números

A China tem mostrado interesse na agricultura moçambicana através de várias formas, como os empréstimos bonificados, o financiamento de grandes projectos e a assistência tecnológica. No entanto, apesar das inúmeras reportagens sobre a agressividade da procura chinesa de terra, há poucas evidências que sustentem a visão da China como potência neocolonial em Moçambique.

O envolvimento chinês em África ocorre geralmente sob uma nuvem de falta de transparência, que é particularmente flagrante no caso dos investimentos em terras (Görge *et al.* 2009: 27; Kaplinsky & Morris 2009: 3). As negociações sino-moçambicanas seguem o mesmo padrão de opacidade, deixando espaço para a especulação e contribuindo assim para confundir os espectadores. A confusão

entre o dinheiro dedicado aos centros de tecnologia e o dinheiro investido no desenvolvimento da agricultura no vale do Zambeze dá a sensação que a China está a investir centenas de milhões na criação de explorações.

A duplicação dos números também parece ser comum. Deve-se, possivelmente, ao intervalo de tempo entre o anúncio da ajuda ou de um empréstimo e o momento em que estes são finalmente desembolsados; ou ao facto de estes serem pagos, frequentemente, em várias *tranches*, em vez de o serem na totalidade e de uma só vez. Exemplo disto são os 18 milhões de dólares investidos pela China em projectos agrícolas no vale do Zambeze (Jansson & Kiala 2009; AIM 2008). Os meios de comunicação social dão a impressão que se trata de dinheiro adicional, quando, na verdade, este valor é parte do empréstimo bonificado dos 50 milhões de dólares destinados ao vale do Zambeze, concedido pela China a Moçambique. A falta de clareza é, portanto, uma das fontes destas interpretações erradas. A confusão relativamente à moeda pode igualmente inflacionar as quantias investidas.

É fundamental distinguir os investimentos chineses na agricultura, como o arrendamento de terras, dos programas chineses de ajuda e assistência, como a construção dos centros de demonstração tecnológica. Esta diferenciação não é linear tendo em conta que a ajuda e os negócios chineses estão frequentemente associados. A imagem dos investimentos chineses agrícolas na modernização tecnológica agrícola de Moçambique é a de um parceiro de desenvolvimento e não a de um colonizador.

Houve realmente um interesse explícito por parte da China no arrendamento de terras para exploração agrícola em Moçambique, mas estas negociações falharam devido aos sentimentos nacionalistas e às preocupações de segurança do Governo moçambicano. Em última análise, o Governo de Moçambique está interessado em atrair investidores estrangeiros, dada a necessidade de inovação e modernização no sector agrícola, em particular por parte do GPZ, cujo objectivo é promover a região para atrair investidores estrangeiros e abrir caminho para futuros acordos.

Os investimentos agrícolas por parte da China, como os contratos de arrendamento de terras, podem, de facto, trazer benefícios enormes através da transferência de tecnologia e do muito necessitado capital para Moçambique (Görgen *et al.* 2009: 21; Jansson *et al.* 2009: 74; IRRI 2009: 4).²¹ É, no entanto, importante lembrar que, assim como a terra e a alimentação estão intrinsecamente ligadas à segurança nacional da China, o mesmo se aplica ao Governo moçambicano, sendo, por isso, de esperar alguma cautela antes da assinatura de qualquer acordo. É igualmente relevante ter em conta que o Governo moçambicano não é um actor uno, mas sim formado por diferentes camadas, partidos e indivíduos, e não

é, portanto, de surpreender alguma inconsistência entre entusiasmo e cautela. E o mesmo se pode dizer em relação à China.

As capacidades de produção interna chinesas: um estado de desespero

A auto-suficiência foi, durante a maior parte da história da RPC, um princípio fundamental, constituindo ainda hoje o pilar da política de segurança alimentar chinesa (Freeman *et al.* 2008: 8). Mas tem havido um ligeiro afastamento desta estratégia à medida que a China se integra cada vez mais na comunidade internacional e os seus recursos nacionais enfrentam uma pressão crescente.

O rápido crescimento da produção agrícola após a reforma, em 1978, pode ser, em grande parte, imputado a mudanças estruturais e a incentivos aos agricultores (Jin, Huang, Hu & Rozelle 2002: 917). Agora que este aumento estrutural de produtividade induzido na altura tem tendência a estagnar, o crescimento no sector terá de surgir através da tecnologia (novas sementes, fertilizantes, técnicas agrícolas, irrigação, etc.) ou através do aumento de terras e água (FAO 1999; Erlich *et al.* 1993: 14; Freeman *et al.* 2008: 5).

Cerca de 20% da população mundial reside na China; contudo, este país possui apenas 7% das terras aráveis a nível mundial – ou seja, menos de 40% da média mundial do rácio da terra *per capita*, considerando alguns autores que este número é tão baixo quanto 9% da média mundial (Liu 2006; Freeman *et al.* 2008: 5).²² A agricultura é responsável por apenas 15% do PIB chinês, e apesar de ser expectável uma diminuição da participação da agricultura na economia de um país à medida que este se industrializa, a agricultura emprega ainda cerca de 40% da força de trabalho chinesa (Sandrey 2006: 4).

As importações chinesas de produtos agrícolas têm vindo constantemente a aumentar desde 1998. Em 2004, a China tornou-se um importador líquido de alimentos e está actualmente entre os 10 maiores importadores de produtos agrícolas (Villoria, Hertel & Nin-Pratt 2009: 3). Vale a pena notar, contudo, que a oferta interna ainda consegue satisfazer 90% da procura chinesa (China Monitor 2006; Freeman *et al.* 2009: 5).

Estes recursos são cada vez mais limitados à medida que aumenta a conversão de terra agrícola em terra para uso industrial e urbano, assim como o desflorestamento e a degradação ambiental. A população chinesa está a aumentar e calcula-se que, só para conseguir acompanhar esse crescimento populacional, a produção de cereais tenha de aumentar 4,5 milhões de kg por ano (Erlich *et al.* 1993: 8; Shen 1998: 39). Acresce ainda que o padrão do consumo tem vindo a sofrer alterações. A par

do aumento do rendimento, a procura de carne está a crescer rapidamente – um produto que é extremamente exigente em termos de terra para a sua produção (FAO 1999; Shen 1998: 33). Com a urbanização, aumentou igualmente o número de pessoas vulneráveis aos choques dos preços de alimentos, uma vez que os agricultores rurais deixam a terra para procurar trabalho. Estima -se que nas próximas três décadas entre 300 e 400 milhões de chineses irão trocar as zonas rurais remunerado nas cidades por centros urbanos. De acordo com o especialista do governo, Han Jun, a percentagem de habitantes urbanos passará de 47% para 75%, aumentando assim o número de pessoas potencialmente afectadas pela volatilidade dos preços dos alimentos (The Guardian 2010).

Em 2020, a China precisará de 700 milhões de toneladas de cereais para consumo alimentar directo, e ainda 608 toneladas de cereais moídos (parte dos quais é utilizada como ração para a produção de carne – China Monitor 2006: 6). O objectivo oficial para 2020 é produzir 540 milhões de toneladas (Xinhua 2008a; BBC News 2008). Com a diminuição de terra e dos recursos aquíferos, a China dependerá cada vez mais dos avanços tecnológicos para melhorar a produtividade.

No entanto, apesar de enfrentar actualmente a pior seca dos últimos 50 anos, o panorama parece relativamente optimista. 2008 foi um ano abundante para a produção de cereais na China: com o apoio de subsídios governamentais, que duplicaram entre 2007 e 2008 para 103 milhões de iuanes chineses, a produção atingiu 512 milhões de toneladas (Xinhua 2008). Este valor foi superior às previsões de produção em 2010, que eram de 500 milhões de toneladas (Liu 2006). Não obstante a seca grave, a produção de cereais na China cresceu 2,9% ao ano em 2010, tendo atingido 546,41 milhões toneladas, superando assim a meta de 2020, dez anos antes do previsto.

Na vanguarda da tecnologia agrícola – de que é exemplo a tecnologia do arroz híbrido – a expansão da produtividade agrícola chinesa tem permitido bons resultados quando comparada com o resto do mundo. O crescimento na produção mundial de cereais apresenta um valor negativo de 1,6% quando excluímos a China, a Índia e o Brasil; mas, quando incluímos estes três países, a queda na produção de cereais é reduzida para 0,9% (Braun 2008: 7).

O recente aumento na capacidade de produção de cereais surge, porém, em detrimento da segurança noutros alimentos de primeira necessidade, como a soja e o milho (Freeman *et al.* 2008: 10). Actualmente, a procura de soja atinge os 45 milhões de toneladas, dos quais 30 milhões são importados (Li *et al.* 2008). As estimativas sugerem que as importações agrícolas chinesas registarão taxas de crescimento de dois dígitos nas próximas décadas (Freeman *et al.* 2008: 7). Zhang Xiaoqiang, vice-director da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, reconhece que a produção nacional deste produto nacional vital é menos

de metade do que é importado. De acordo com Zhang, os desafios da segurança alimentar da China são ‘intimidantes’, mas não impossíveis (Xinhua 2008).

Actualmente, a China tem conseguido alimentar os seus cidadãos. Mas é expectável que tenha que procurar quantidades crescentes de alimentos de outras fontes. É, portanto, do interesse da China a participação na garantia da estabilidade global do fornecimento de alimentos. Seria, contudo, enganador acreditar que a China se encontra neste momento numa caça a terras motivada pelo desespero. Pelo contrário, podemos observar que a China possui conhecimentos, em particular no que diz respeito à tecnologia do arroz híbrido, que podem ser exportados para áreas do mundo onde a revolução verde ainda não teve lugar, como por exemplo, Moçambique.

A posição oficial chinesa relativa à produção agrícola no estrangeiro como estratégia de segurança alimentar

Em 2008, o Financial Times publicou um artigo onde relatava que o Governo central da China estava prestes a aprovar uma proposta do Ministério da Agricultura que apoiava oficialmente a estratégia de arrendamento de terras no estrangeiro com a finalidade de produzir alimentos, dadas as restrições iminentes sobre a produção nacional (Anderlini 2008). Este facto foi posteriormente negado pelas autoridades chinesas.

Não há dúvida que a segurança alimentar é uma preocupação nacional e que o Governo chinês considera como sua tarefa ‘garantir uma produção e preços de produtos vegetais estáveis aos consumidores urbanos e rurais’ (China Daily 2008). Mas, de acordo com Zhang Xiaoqiang, da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, este objectivo não será alcançado através de uma estratégia oficial de integração vertical da produção agrícola com o arrendamento de terras no exterior (Xinhua 2008). No ‘Quadro nacional de segurança alimentar e planeamento a longo prazo (2008-2020)’, o Governo afirma que a China terá como intuito a manutenção de uma taxa de auto-suficiência alimentar de pelo menos 95% (Xinhua 2008).

O especialista do Governo Han Jun nega qualquer envolvimento oficial do Governo na expansão internacional da produção agrícola chinesa, afirmando que o Governo não confia suficientemente nesta política como forma de atingir a segurança alimentar (The Guardian 2010). A integração vertical do abastecimento de alimentos não isola um país da dependência do país anfitrião. É improvável que um Governo pressionado pela sua população local e enfrentando instabilidade interna devido à carência de alimentos permita a livre exportação de produtos

alimentares. A produção agrícola no exterior aumenta a dependência do país anfitrião, em vez de a reduzir. A lógica dos contratos de arrendamento de terras no exterior tem, portanto, falhas. Embora a integração vertical do abastecimento de alimentos possa contribuir positivamente ao nível da oferta, ela não pode ser considerada um substituto da produção nacional.

Em alternativa, serão envidados esforços para melhorar a produtividade nacional e o Governo chinês 'irá trabalhar intensamente para melhorar a cooperação internacional a fim de estabelecer um sistema de contratos fiável e estável', afirma Zhang, da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (Xinhua 2008). Esta tem sido, aliás, a abordagem chinesa durante décadas, como exemplifica o projecto de cooperação técnica agrícola criado em 1976 e que durou mais de 20 anos.

Motivos do interesse chinês na produção agrícola no exterior

Um exaustivo trabalho de investigação elaborado pelo Instituto de Estudos da China Contemporânea, de Bruxelas, sobre a política chinesa relativa à produção agrícola estrangeira (Freeman *et al.* 2008), argumenta que o país utiliza a ajuda externa para aumentar a produtividade da agricultura no exterior (Ibid.: 10). O trabalho revelou que há, de facto, uma política de estímulo ao investimento externo na agricultura, mas que se enquadra na estratégia geral chinesa de se globalizar (*Go Global*), e não de um plano nacional de segurança alimentar (Ibid.: 11). A estratégia de globalização no âmbito da agricultura dá incentivos em termos de apoio diplomático, créditos à exportação e subsídios para despesas de pré-investimento. Contudo, os projectos agrícolas não são elegíveis para receber subsídios relativos a custos operacionais (Freeman *et al.* 2008: 14; Cotula *et al.* 2009: 55). Freeman *et al.* argumentam que as recentes discussões sobre apoios oficiais adicionais para investimentos externos na agricultura podem ser fruto do relativo insucesso dos incentivos à promoção de empresas agrícolas chinesas no exterior, no âmbito da estratégia *Go Global*. Em 2006, os investimentos externos chineses na agricultura representavam somente 0,9% do investimento externo total (Freeman *et al.* 2008: 15 e 19).

Os Fundos de Riqueza Soberana são a fonte de muitos contratos de arrendamento de terra em África (FAO 2009), tendo por objectivo a maximização do lucro e não a procura de 'recursos', como alega o argumento da integração vertical. Desta forma, estes interesses devem ser encarados como decisões de negócios em vez de parte de uma grande estratégia política (Cotula *et al.* 2009: 55). A terra em África é barata, a procura de alimentos na região é alta e, com o

aumento dos preços, haverá lucro. Além disso, desde a crise financeira de 2008 que os investidores procuram projectos alternativos para onde possam redireccionar o dinheiro (Görgen *et al.* 2009: 12 e 15). Como tal, o interesse crescente em ‘terra virgem’ pode ser explicado como fruto das forças do mercado e da especulação, e não tentativas por parte de um governo para integrar verticalmente o fornecimento de produtos alimentares.

Mesmo que este investimento externo em terras e na agricultura resulte da procura de lucro, dada a falta de capital no sector nas últimas décadas, estes investimentos podem ter o desejado efeito indirecto na oferta e estabilidade dos produtos alimentares. Para os governos, a promoção destes investimentos através de mais incentivos, como no âmbito da estratégia *Go Global*, faz sentido numa perspectiva de segurança alimentar indirecta.

Os meios de comunicação social relatam frequentemente que a China detém apenas 7% das terras aráveis do mundo, mas 20% da população mundial, argumentando que a China necessita consequentemente de explorar terras no exterior, a fim de assegurar o abastecimento alimentar. Todavia, em vez de considerarmos a expansão agrícola chinesa como um acto de desespero, devíamos observar que, *apesar* de a China operar sob graves limitações de terra, ainda é capaz de prover 95% de todas as suas necessidades alimentares nacionais, o que é um feito notável. Devíamos ainda considerar a expansão agrícola chinesa como fruto do seu sucesso agrícola, e não efeito de limitações iminentes, em que as suas empresas (públicas e privadas) vêem uma oportunidade e um nicho de mercado relativamente inexplorado, tanto para fins de *ajuda externa* como para a obtenção de *lucro*.

Conclusão

‘Em última análise, a China terá de contar com a produção interna’, afirma Xie Guoli, do Ministério da Agricultura (The Guardian 2008), mas, quando esta opção atingir a sua capacidade máxima, será inevitável a procura de cadeias de fornecimento externas.

O arrendamento de terras no exterior, para exportação para o mercado interno, não é uma alternativa à produção interna ou ao comércio internacional, mas é, na melhor das hipóteses, uma opção complementar. Em caso de fome local ou de uma crise global, não se pode esperar uma exportação fácil e livre dos produtos plantados em explorações no exterior – o que contradiz a motivação para a criação de quintas com o intuito de integrar verticalmente a oferta de produtos como parte de uma estratégia de segurança alimentar.

Um dos maiores desafios para as explorações agrícolas no exterior reside na fase de planeamento durante as negociações dos contratos de arrendamento das terras. Uma vez que ficará obrigado contratualmente e com pouca autonomia para infringir o contrato celebrado, Moçambique hesitará na conclusão desses acordos, apesar da sua vontade de atrair investimentos estrangeiros para o sector agrícola – principalmente se estes planos forem alvo de atenção negativa, o que é frequente em situações que envolvem a China, já que os meios de comunicação social a apresentam como um ‘neocolonizador’. A situação actual é extremamente sensível já que os motins ligados aos produtos alimentares em Maputo e Moçambique são uma ameaça real, exemplificada pelos violentos protestos do início de Setembro de 2010. Esta é possivelmente a razão pela qual, até hoje, estas negociações não se concretizaram.

Não obstante, Moçambique surge como a localização ideal para estas ambições agrícolas devido à relativa estabilidade política e às vastas extensões de terras férteis adequadas a plantações como a do arroz. Em futuras solicitações e negociações para o arrendamento de terras, o solicitador deverá ter em consideração que a terra é, em última análise, uma preocupação de segurança nacional e que é necessário agir de forma transparente e cautelosa para acomodar e acalmar inquietações nacionalistas.

Através do seu papel actual na agricultura moçambicana, a China pode ser considerada como um parceiro no processo de desenvolvimento, e não ser vista como um ‘usurpador de terras’ neocolonial, como retratado pelos meios de comunicação social. Através do estabelecimento de centros de tecnologia agrícola e investigação, e das experiências com o arroz híbrido em Gaza, a China está a explorar a utilização de uma área de competência como instrumento de ajuda externa. Não há nenhum sinal em Moçambique de que a China procure recursos agrícolas como parte de uma estratégia para garantir a sua segurança alimentar interna.

A FAO estima que é necessário investir cerca de 209 mil milhões de dólares na agricultura a nível global para garantir um desenvolvimento sustentado da oferta de alimentos que satisfaça a procura global até 2050 e evitar uma crise alimentar no futuro (FAO 2009). O apoio à investigação científica na agricultura em países como Moçambique, de forma a desencadear a sua revolução verde, pode ter um efeito indirecto positivo na segurança alimentar da China. Tendo em conta a relativamente baixa aversão ao risco das empresas chinesas, o interesse chinês pelo desenvolvimento da agricultura em África, onde as empresas ocidentais se têm aventurado com cautela, pode ser visto como uma participação integral no preenchimento desta lacuna de investimento. Vale a pena lembrar que este interesse é ainda reduzido, mesmo em Moçambique, onde mais se tem concentrado a atenção mediática em torno dos Chineses.

Ainda que não se possa esperar a exportação de cereais produzidos expressamente para a China, tal como o arroz, como sugere o argumento da integração vertical da produção agrícola, a oferta adicional de cereais, fruto do investimento estrangeiro na agricultura, irá com certeza aliviar as restrições à oferta global de alimentos. A China beneficiará mais com as vendas regionais de cereais e com a estabilização dos mercados globais, do que com a exportação directa para o país. Os investimentos em projectos agrícolas financiados pela China contribuem para a segurança alimentar global, e, se esses investimentos derem início à revolução verde em África, acabarão por aumentar a segurança alimentar global e estabilizar os mercados de alimentos.

Notas

1. Entrevista com o ex-representante do GPZ, Maputo, 2010.
2. O GPZ foi dissolvido em 2010.
3. Entrevista com o ex-representante do GPZ, Maputo, 2010.
4. Entrevistas com o ex-representante do GPZ, com o ex-Ministro das Finanças, Maputo, 2010.
5. Entrevista com o ex-representante da GPZ, Maputo, 2010.
6. Entrevista com o ex-representante do GPZ, Maputo, 2010.
7. Entrevista com o ex-ministro das Finanças, Maputo, 2010.
8. Ibid.; entrevista com o ex-representante do GPZ, Maputo, 2010; entrevista com o ex-governador do Banco Central, Maputo, 2010.
9. Entrevista com o ex-representante do GPZ, Maputo, 2010; entrevista com o ex-ministro das Finanças, Maputo, 2010.
10. Entrevista com o ex-governador do Banco Central, Maputo, 2010.
11. Entrevista com o ex-governador do Banco Central, Maputo, 2010; entrevista com o ex-Ministro das Finanças, Maputo, 2010; entrevista com um alto funcionário (que preferiu o anonimato) do Governo, Maputo, 2010.
12. Como vimos no artigo de J. Duran e S. Chichava neste volume, a área exacta da terra concedida aos chineses para a implementação deste empreendimento varia segundo as fontes.
13. Correspondência por correio electrónico, Braütigam, 2010.
14. Correspondência por correio electrónico, Alden, 2010.
15. Correspondência por correio electrónico, Braütigam, 2010.
16. Ibid.
17. Ibid., entrevista com o representante do GPZ, Maputo, 2010.
18. Correspondência por correio electrónico, Braütigam, 2010.
19. Ibid.
20. Entrevista com o IESE, Maputo, 2010.
21. Entrevista com o ex-Ministro das Finanças, Maputo, 2010.
22. Correspondência por correio electrónico, Braütigam, 2010.

Referências

- ADB. (2008). *Soaring Food Prices: Response to the Crisis*, Maio, disponível em: <http://www.adb.org/Documents/Papers/soaring-food-prices/soaring-food-prices.pdf> (acedido a 8 de Dezembro de 2009).
- AFRODAD. (2008). *China-Mozambique Fact Sheet*, disponível em: <http://www.afrodad.org> (acedido a 1 de Janeiro de 2010).
- AIM. (2004). *Chinese support for development to increase*, 24 de Abril, disponível em: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim274.html#story3> (acedido a 19 de Dezembro de 2009).
- . (2006). *China ExIm bank to finance Mpanda Nkua*, 2 de Maio, disponível em: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim319.html#story8> (acedido a 28 de Fevereiro de 2010).
- . (2006). *President Guebuza defends cooperation with China*, 31 de Janeiro, disponível em: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim313.html#story2> (acedido a 28 de Fevereiro de 2010).

- . (2008). 'Agreements signed with China', 8 de Dezembro, disponível em: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim369.html#story7> (acedido a 28 de Fevereiro de 2010).
- Alden, C. (2007). *China in Africa*, Londres, Zed books, Ltd.
- All Africa. (2009). 'Mozambique: Grain Processing Plants for Zambezi Valley', 27 de Julho, <http://allafrica.com/stories/200907271684.html> (acedido a 11 de Junho de 2012).
- . (2010). 'Concession Contract for New Zambeze Dam Signed', disponível em: <http://allafrica.com/stories/201012240181.html> (acedido a 30 de Dezembro de 2010).
- . (2011). 'First Stone Laid for Namacurra Rice Processing Factory', disponível em: <http://allafrica.com/stories/201105040162.html> (acedido a 24 de Maio de 2011).
- Alvarenga, D. (2008). *China's economic involvement in Mozambique and prospects for development – an analysis of the process and impacts of recent major investments*, Stellenbosch University, tese de mestrado.
- Anderlini, J. (2008). 'China eyes overseas land in food push', *The Financial Times*, publicado a 08 de Maio, disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/0cb8a989a-1d2a-11dd-82ae-000077b07658.html> (acedido a 14 de Março de 2010).
- Arndt, C. et al. (2008). Biofuels, Poverty, and Growth: A Computable General Equilibrium Analysis of Mozambique, *IFPRI Discussion Paper 00803*.
- BBC News (2008). 'China to increase grain output', 3 de Julho, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/7487157.stm> (acedido a 06 de Dezembro de 2009).
- Braun, J. (2008). *Food and Financial Crises: Implications for Agriculture and the Poor*, IFPR Food Policy Report.
- Braütigam, D. (2009). "Land grabbing" by Foreign Investors in Developing Countries', 1 de Maio, disponível em: <http://www.ifpri.org/blog/land-grabbing-foreign-investors-developing-countries> (acedido a 19 de Dezembro de 2009).
- Braütigam, D., Tang, X. (2009). 'China's Engagement in African Agriculture: Down to the Countryside', *The China Quarterly*, pp. 686-706.
- Chichava, S. (2008). 'Mozambique and China: from politics to business?', *Discussion Paper 05*, Maputo: IESE.
- . (2010). *China in Mozambique's agriculture sector: implications and challenges*. Maputo: IESE.
- China Daily. (2008). 'President Hu Stresses Stable Food Prices, Supply of Farm Produce', 10 de Março, http://www.chinadaily.com.cn/china/2008npc/2008-03/09/content_6520769.htm (acedido a 2 de Abril de 2010).
- Cotula, L. et al. (2009). *Land grab or development opportunity? Agricultural investment and international land deals in Africa*, FAO, IIED, IFAD.
- Davies, M. (2008). 'China, Africa and the global food crisis', *The China Monitor*, 30, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch (Junho).
- ERPCM. (2002). 'China, Mozambique cooperation project profiles', *Embaixada da República Popular da China na República de Moçambique*, 26 de Julho, disponível em: <http://mz.mofcom.gov.cn/aarticle/zxhz/sbmy/200207/20020700033969.html> (acedido a 04 de Abril de 2010).
- Erlich, P. et al. (1993). 'Food security, Population and Environment', *Population and Development Review*, 19 (1), pp. 1-32 (Março).
- FAO. (1999). *Poverty Alleviation and Food Security in Asia: Lessons and Challenges*, disponível em: <http://www.fao.org/docrep/004/ab981e/ab981e0c.htm> (acedido a 25 de Setembro de 2009).
- . (2009). *Foreign Direct Investment- win-win or land grab?*, disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/wfsf/Summit/WSFS_Issues_papers/WSFS_FDI_E.pdf (acedido a 19 de Novembro de 2009).
- Freeman, D., et al. (2008). 'China's Foreign Farming Policy: can land provide security?' *BICCS Asia Paper*, 3 (9), Brussels Institute of Contemporary China Studies (Novembro).

- Görge, M. *et al.* (2009). *Foreign Direct Investment (FDI) in Land in developing countries*, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit, Eschborn (Dezembro).
- GdM. 2011. *Matriz dos projectos com a República Popular da China*, Maputo: Governo de Moçambique.
- GPZ. (2006). 'Nasceu a ZAMCORP- Zambeze Corporation, Sarl', *O Vale 'Online'* 1, (4), Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze.
- GRAIN. (2008). 'Seized: The 2008 landgrab for food and financial security', 24 de Outubro, disponível em: <http://www.grain.org/briefings/?id=212> (acedido a 24 de Outubro de 2009).
- Groenewald, Y. (2009). 'Made in China, in Africa', *The Mail and Guardian*, 30 de Maio, disponível em: <http://mg.co.za/article/2009-05-30-made-in-china-africa> (acedido a 22 de Setembro de 2009).
- Hanson, S. (2008). 'China, Africa and the global food crisis', *The China Monitor*, 30, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch (Junho).
- Horta, L. (2007). *China, Mozambique: old friends, new business*, 13 de Agosto, disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail?id=53470&lng=en> (acedido a 18 de Outubro de 2009).
- . (2008). 'The Zambeze Valley: China's first agricultural colony?' 20 de Maio, disponível em: <http://csis.org/blog/Zambeze-valley-china%E2%80%99s-first-agricultural-colony> (acedido a 18 de Outubro de 2009).
- . (2009). 'Food Security in Africa: China's new rice bowl', *China Brief*, (11), pp. 10-12.
- IRRI. (2009). 'International land acquisition for rice production', *International Research Rice Institute*, 10 de Novembro, disponível em: http://beta.irri.org/publications/index.php?option=com_wrapper&Itemid=18 (acedido a 07.03).
- Jansson, J. Kiala, C. (2009). *Patterns of International land acquisition for rice production of Chinese aid and trade in Mozambique*, Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University.
- Jansson, J. *et al.* (2009). *Evaluating China's FOCAC commitments to Africa and mapping the way ahead*, Centre for Chinese Studies & Rockefeller Foundation (Janeiro).
- Jin, S., Huang *et al.* (2002). 'The Creation and Spread of Technology and Total Factor Productivity in China's Agriculture', *American Journal of Agricultural Economics*, 84 (4), pp. 916-930.
- Kaplinsky, R., Morris, M. (2009). 'Chinese FDI in Sub-Saharan Africa: Engaging with Large Dragons', *European Journal of Development Research*, 24 (1), pp. 551-569.
- Keidel, A. (2005). 'The Economic Basis for Social Unrest in China', *Carnegie Endowment for International Peace* (Maio).
- Klein, B. *et al.* (1978). 'Vertical Integration, Appropriable Rents, and the Competitive Contracting Process', *Journal of Law and Economics*, 21 (2), pp. 297-326.
- Li, P. *et al.* (2008). 'China Afflicted by Global Food Price Surges' publicado em 27.02, *Economic Observer Online*, disponível em: <http://www.eeo.com.cn/ens/Industry/2008/02/27/92921.html> (acedido a 26 de Setembro de 2009).
- Liu, Y. (2006). 'Shrinking Arable Lands Jeopardizing China's Food Security', *World Watch*, 18 de Abril, disponível em: <http://www.worldwatch.org/node/3912> (acedido a 22 de Setembro de 2009).
- Macauhub. (2008). *China and Mozambique invest in the Zambeze Valley to make Chinese 'grain-store' says researcher*, 21 de Julho, disponível em: (<http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=5748>) (acedido a 14 de Novembro de 2009).
- . (2009a). *Chinese agricultural investment in Mozambique to feed China*, a 14 de Dezembro, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=8605> (acedido a 16 de Dezembro de 2009).

- . (2009b). 'China's centre for agricultural technology in Mozambique opens at start of 2010 to boost productivity' 30 de Novembro, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=8521> (acedido a 12 de Dezembro de 2009).
- . (2009c). *China builds agricultural technology research centre in Mozambique*. 26 de Agosto, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=7994> (acedido a 16. a 12 de Dezembro de 2009).
- Makoni, M. (2009). 'Mozambique: China's farming ambitions take shape', *AllAfrica*, 11 de Novembro, disponível em: <http://allafrica.com/stories/200911120929.html> (acedido a 20 de Novembro de 2009).
- Pehnelt, G., Abel, M. (2007). 'China's Development Policy in Africa', *Report 1*, South African Institute for International Affairs.
- Roque, P. (2009). 'China in Mozambique; a Cautious Approach Country', *Occasional Paper 23*, South African Institute for International Affairs (Janeiro).
- Sandrey, R. (2006). 'The trade and economic implications of the South African restrictions regime on imports of clothing from China', *Tralac Working Paper*, 16, Stellenbosch: US Printers.
- Sen, A. (1982). 'The Food Problem: Theory and Policy', *Third World Quarterly*, 4 (3), pp. 447-459.
- . (1981). 'Ingredients of Famine Analysis and Entitlements', *The Quarterly Journal of Economics*, 96 (3), 433-464.
- Shen, J. (1998). 'China's Future Population and Development Challenges', *The Geographical Journal*, 164 (1), pp. 32-40.
- Smith, B., Talbot, A. (2009). *China continues its aggressive pursuit of Africa's resources*, 16 de Novembro, disponível em: <http://wsws.org/articles/2009/nov2009/afch-n16.shtml> (acedido a 6 de Janeiro de 2010).
- The China Monitor*. (2006). China's Agricultural Developments, 11, Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University (Setembro).
- . (2009). *Chinese Agricultural Technology Development in an African Context*, 40, Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University (Maio).
- The Guardian*. (2008). 'Chinese debate pros and cons of overseas farming investments', 11 de Maio, disponível em: <http://africanagriculture.blogspot.com/2008/05/chinese-debate-pros-and-cons-of.html> (acedido a 20 de Outubro de 2009).
- . (2010). 'China's soil deterioration may become growing food crisis, adviser claims', 23 de Fevereiro, disponível em: <http://www.guardian.co.uk/environment/2010/feb/23/china-soil-deterioration-food-supply> (acedido a 26 de Fevereiro de 2010).
- Villoria, N. et al. (2009). 'China's Growth and the Agricultural Exports of Southern Africa', *Discussion Paper 00891*, International Food Policy Research Institute.
- Von Grebmer, K. et al. (2010). *Global Hunger Index: The Challenge of Hunger. Focus on the Crisis of Child under nutrition*, Bonn, Washington D. C., Dublin, IFPRI.
- Vyas, V. (2000). 'Ensuring Food Security: The State, Market and Civil Society' em *Economic and Political Weekly*, 35, (50), pp. 4402-4407.
- Wen, T. et al. (2008). 'Grain Issues and Inflation in Modern China', em *The China Monitor: China, Africa and the global food crisis*, 30, Centre for Chinese Studies, Stellenbosch (Junho 2008).
- Weng, S. (2008). 'Central Dossier Adds to Agriculture Reform Crescendo'. 26 de Fevereiro, *Economic Observer Online*, disponível em: <http://www.eeo.com.cn/ens/Observer/2008/02/26/92884.html> (acedido a 26 de Setembro de 2009).
- Xinhua. (2008a). 'Chinese grain output expected to rise for 5th consecutive year', disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/2008-10/11/content_10180886.htm (acedido a 4 de Janeiro de 2010).
- . (2008b). '发改委:无海外屯田计划今后食用油加工领域中方控股', 13 de Novembro, disponível em: http://www.news.xinhuanet.com/fortune/2008-11/13/content_10351772.html (acedido a 20 de Dezembro de 2009).